

FIC  
FÚLVIO OLIVEIRA LIMA

DIREITOS OU INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E A  
INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI DA  
AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985)

BACHARELADO EM DIREITO

CARATINGA - MINAS GERAIS

2016

FÚLVIO OLIVEIRA LIMA

DIREITOS OU INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E A  
INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI DA  
AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985)

Monografia apresentada à banca examinadora das  
Faculdades Integradas de Caratinga/MG, como  
exigência parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Direito. Área de concentração: Direito  
Processual Civil. Sob a orientação do Professor  
MSc. Daniel de Araújo Ribeiro.

FIC - MINAS GERAIS

2016

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	05
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS .....	08
CAPÍTULO I - Direito constitucional e o princípio constitucional do acesso à Justiça -- .....	12
1.1. Direito constitucional .....	12
1.2. Princípio constitucional da tripartição dos poderes .....	12
1.2. Medida provisória .....	13
1.3. Princípio da legalidade .....	15
1.4. Ministério Público e o acesso à Justiça .....	16
CAPÍTULO II – PROCESSO CIVIL COLETIVO .....	18
2.1. Tutela coletiva no direito brasileiro .....	18
2.2. Ação Civil Pública e Ação Coletiva .....	20
CAPÍTULO III - CATEGORIAS DE INTERESSES .....	23
3.1. Interesse Público e Privado .....	23
3.2. Interesses de grupos .....	24
3.3. As diferentes categorias de interesses de grupos .....	25
3.4. Interesses individuais homogêneos e o parágrafo único do artigo 1º da Lei da Ação Civil Pública .....	26
CAPÍTULO IV - INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....	31
4.1. Alterações da Lei da Ação Civil Pública feitas pelo Governo Federal .....	31
4.2. A inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º da Lei da Ação Civil Pública .....	33
CONCLUSÃO .....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	42

## RESUMO

O presente trabalho, tem o objetivo de apresentar por meio de diversos estudos de doutrinadores brasileiros acerca do processo coletivo contra o Poder Público, bem como apresentar a classificação dos direitos coletivos dentro do ordenamento jurídico brasileiro, e, por fim, dentro desta mesma temática, pesquisar a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 1º da Lei da Ação Civil Pública - LACP, alvo deste trabalho de conclusão do curso, pois, tal dispositivo, em tese, contraria a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 quanto ao princípio do acesso de todos à Justiça, impedindo assim a defesa coletiva de direitos ou interesses individuais homogêneos cujas pretensões envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional.

**PALAVRAS-CHAVE:** ação civil pública; direitos ou interesses individuais homogêneos; acesso à justiça; controle de constitucionalidade.

Agradeço primeiramente a Deus por me dar saúde, força e coragem.

Agradeço ao meu professor orientador Daniel de Araújo Ribeiro pelas devidas e pontuais instruções.

Agradeço também aos meus pais Manoel Alves de Lima e Maria Efigênia de Oliveira Lima pelo apoio e confiança.